



ENTRE AS FRONTEIRAS E A HISTÓRIA: A RELAÇÃO ENTRE OS MILITARES E INDÍGENAS NO SERTÃO DA AMAZÔNIA (1889-1930).

Fernando da Silva Rodrigues¹

Este estudo tem como proposta refletir sobre o projeto civilizador do Estado brasileiro para os grupos indígenas do sertão da Amazônia na Primeira República², projeto estudado durante as minhas pesquisas sobre as relações entre os militares, a ocupação do território e o controle das fronteiras Norte na América do Sul. Ação personificada principalmente, na figura do General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon, engenheiro e militar, que desempenhou algumas de suas funções no Exército brasileiro de maneira a cumprir determinações do Estado.

Uma das primeiras determinações do Estado foi integrar o litoral ao interior, através da construção de linhas telegráficas, símbolo do progresso e da modernidade; e, a segunda foi realizar o trabalho de demarcação das fronteiras terrestres através das Inspeções de Fronteiras como fechamento de um ciclo em que o Brasil vinha de longa data tentando estabelecer o domínio sobre o território que antes pertencia à Espanha e que foi incorporado ao espaço geográfico português e, posteriormente, passa a pertencer ao Estado brasileiro com sua independência política.

Tratarei, nesse estudo, da análise dos documentos escritos produzidos pelo Exército brasileiro e, mais especificamente, das imagens fotográficas produzidas pela Comissão de Inspeção de Fronteiras (1927-1930), chefiada pelo General Rondon, articuladas à ideia de intervenção do Estado através do processo civilizador e como fonte documental que compõe essa intervenção sobre o espaço e sobre os grupos sociais que precisam ser dominados.

As fotografias analisadas integram cinco álbuns da Comissão de Inspeção de Fronteiras que se encontram no Arquivo Histórico do Exército. Os álbuns estão assim divididos: primeiro, Pará e Amazonas, no ano de 1927; segundo, refere-se à Campanha de 1928/1929 (Primeira Parte), da cidade de Óbidos, rio Amazonas ao Alto da Cachoeira Grande; terceiro, a

¹ Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra, e pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

² Como Primeira República, entendemos o período que vai de 1889, com a Proclamação da República, até 1930, com a Revolução de Vargas. O termo é utilizado desde 1989, ano do centenário da República, quando Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira publicam o artigo *Primeira República: um balanço historiográfico*, na Revista de Estudos Históricos da Fundação Getúlio Vargas.

Campanha de 1928/1929 (Segunda Parte), da Barra do rio Marapi sobre o rio Parú do Cuminá ao acampamento da Cabeceira Rica ao sopé do Pico Ricardo Franco e Campos Gerais ao Sul da Serra de Tumucumaque no Estado do Pará; quarto, a Campanha de 1927/1928 (Terceira Parte), que são panoramas fotográficos do topo do Pico Ricardo Franco para documentar a conformidade do Arco formado pela Serra Tumucumaque na cabeceira do rio Parú do Cuminá com a presença de índios Tiriós, Rangús e Uianás; e, por último, o quinto álbum da Campanha de 1929/1930 (Segunda Parte), da Barra do rio Acre sobre o rio Purus no Estado do Amazonas à mina de manganês de Urucum, na cidade de Corumbá no Mato Grosso.

No material documental produzido pelas turmas de inspeção de fronteiras, percebi uma grande parcela privilegiando o tema espaço geográfico e que confirmariam uma intenção de se estudar o meio natural do sertão brasileiro o qual seria utilizado não só para reconhecimento das nossas fronteiras terrestres como também para estudos geopolíticos visando a futuras intervenções diretas do Estado.

O estudo das culturas encontradas torna-se um complemento da avaliação territorial, visto que uma intervenção do Estado fatalmente passaria por todos os campos, desde o material até o pessoal. Percebi nos álbuns analisados, uma grande quantidade de imagens produzidas dos grupos indígenas brasileiros e de países fronteiriços, além do registro de algumas imagens de negros que habitavam as regiões percorridas pela expedição. Os estudos etnográficos tinham por objetivo estabelecer o grau de desenvolvimento material destes grupos considerados inferiores, e facilitar o processo civilizatório e intervencionista.

A segunda metade dos anos 1930 foi crucial para a História Política do Brasil, com relação ao estabelecimento das fronteiras Norte e Centro-Oeste. O telégrafo de Rondon tomou posse sobre o Centro-Oeste e a Amazônia, mas a Inspeção de Fronteiras completara o trabalho de consolidação de nossa soberania territorial, ratificando as nossas reais fronteiras.

Em 1927, o então presidente Washington Luiz determina que sejam inspecionadas as fronteiras do país até o final de seu governo, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo então o General Rondon nomeado Inspetor de Fronteira. A inspeção no Norte e no Centro-Oeste tinha por objetivo atingir a linha de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana Holandesa (República do Suriname), Guiana Inglesa

(República da Guiana), Venezuela, Colômbia, Peru, e Bolívia, dividida em campanhas pelos Estados do Pará e do Amazonas.

A primeira campanha iniciou-se pelo norte do país, abrangendo as fronteiras dos Estados do Pará e Amazonas, com a Guiana Francesa, Guiana Inglesa e o Sul da Venezuela. A segunda campanha partiu do Estado do Pará com destino à fronteira com a Guiana Holandesa. E a terceira campanha visou ao interior do país, seguindo do Amazonas ao Estado do Mato Grosso.

Na pesquisa sobre a primeira metade do século XX, constatei que foi marcada por um intenso processo civilizador promovido pelo Estado brasileiro, tendo como embasamento o contexto internacional. O “homem civilizado” continuava pronto para levar a civilização aos “bárbaros e selvagens”, através de uma catequização contemporânea cujo principal instrumento era o sistema educacional.

Com relação aos procedimentos teóricos tomamos como base para essa pesquisa, o campo de uma Nova História Política³ com enfoque no poder do Estado na formação de políticas intervencionistas e civilizadoras como mecanismo de controle do espaço e da população nativa do sertão Norte do Brasil.

Abordaremos ainda, os conceitos de civilização e cultura, pela grande relevância que apresentam e para melhor compreensão da nossa investigação científica que servirá para o desenvolvimento deste trabalho. O rastreamento da origem desses conceitos constitui peça importante para construir o debate sobre o processo civilizador.

Com relação à teoria de Processo Civilizador, percebemos na obra de Norbert Elias⁴ um material denso que permite a interpretação de novos e importantes olhares sobre temas diferentes. Portanto, entre tantos caminhos possíveis, preferimos tratar a ideia de controle político e cultural sobre as populações nativas do sertão brasileiro como parte de elementos de um processo civilizador ocidental, mesmo porque há em toda a produção intelectual de Norbert Elias um componente histórico que não pode ser desconsiderado.

Duas das mais importantes obras de Norbert Elias, *A Sociedade da Corte* e o *Processo Civilizador*, fazem de um projeto de pesquisa mais amplo iniciado pelo autor no período em

³ REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, Uma história presente (p. 13-36).

⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 1/vo 2, 1994.

que vivia na Alemanha, antes da subida de Hitler ao poder. A primeira foi resultado de um extenso estudo desenvolvido pelo autor, nos anos 1930, sobre a nobreza, a realeza e a sociedade de corte na França. Essa pesquisa constitui a base de seu outro livro, *O Processo Civilizador*.

O livro de Elias deve ser observado pelo resultado das ligações que o autor estabelece entre as mudanças nos comportamentos, nos costumes e na constituição psíquica dos indivíduos, com as alterações que se verificam na estrutura social. Nesse ponto temos a novidade e o impacto intelectual da obra, que, articulando um conhecimento histórico sólido com uma perspectiva sociológica abrangente, consegue resgatar as dimensões estruturais do processo civilizador, em curós no Ocidente a partir do século XVI.

Parece incontestável que a obra de Norbert Elias tem uma grande importância para os estudos históricos. Um exemplo que vem de historiadores brasileiros, é como Jurandir Malerba, trata da produção de Elias num artigo denominado “Sobre Norbert Elias”, reclamando contra o atraso na percepção tida pelo próprio circuito acadêmico e afirmando que:

Seu vigor reside não apenas no fato de ter-se antecipado em meio século a temas muito caros hoje em dia, sobretudo a Historiografia. Seu enfoque, sobre aspectos do comportamento humano estava à margem da pauta de preocupações da ciência histórica, tal como era entendida e praticada nos centros de pesquisa oficiais da década de 1930. Atualmente o olhar dos cientistas sociais – inclusive o dos historiadores – volta-se para as maneiras de vestir, comer, amar, apresentar-se, para os gestos e cerimoniais (p.73).

Estes são temas bastantes presentes às análises de Norbert Elias, em especial nas obras de caráter mais historiográfico, como *A Sociedade de Corte* e *O Processo Civilizador*.

Em linhas gerais, o entendimento do sentido dado por Elias à ideia de processo civilizador é considerado por duas categorias básicas: poder e violência. O entendimento da tensão entre a necessidade e o monopólio da primeira e o controle social e individual da segunda, dito de forma bastante resumida, estabelece as bases do processo civilizador ocidental.

Na resposta a estas questões, alguns aspectos merecem destaque como: a formação do Estado, com o aumento da centralização política e administrativa e da pacificação sob o seu controle, a elaboração e o refinamento das condutas e dos padrões sociais; o aumento concomitante da pressão social sobre as pessoas para exercerem o autocontrole; e um aumento

da consciência reguladora do comportamento. Todos esses aspectos aparecem como elementos do processo civilizador, apontados por Elias, ou dos processos civilizadores, ocidentais desde o medievo.

Com relação ao conceito de civilização, o termo é atualmente utilizado em estudos historiográficos ou pelo senso comum no mundo ocidental. Quanto ao seu significado cotidiano, ele é facilmente compreendido, o que não ocorre com seu conceito histórico, que é constantemente alvo de discussões e mal-entendidos.

O termo civilização surgiu na França iluminista do século XVIII com um significado moral: ser civilizado era ser bom, urbano, e educado. Para os intelectuais iluministas, a civilização era uma característica cultural que se contrapunha à ideia de barbárie, de violência, de selvageria. A palavra é usada pioneiramente, na década de 1760, para referir-se ao processo que fez a humanidade sair da barbárie; e, já na década seguinte, para significar o próprio estado civilizado. A palavra foi aceita na edição de 1798 do *Dicionário da Academia Francesa* (FLAMARION: 2005, 264). Além disso, ser civilizado era um ideal que todos os povos deveriam almejar, mas que poucos tinham alcançado. A situação de civilizado era atribuída aos adeptos do iluminismo. Esse primeiro significado de civilização, apesar de ser o mais antigo, ainda é um dos mais utilizados na historiografia ocidental. Ainda hoje, quando qualificamos um indivíduo de civilizado, continuamos a utilizar o conceito iluminista, considerando-o uma pessoa educada, cordial e culta, que se contrapõe a violência, daqueles que consideramos rudes e incultos. Assim sendo, a ideia de civilização distingue aqueles que se consideram culturalmente superiores.

No século XIX, historiadores e arqueólogos foram cada vez mais utilizando a palavra civilização na forma plural, falando em civilizações, e o termo foi, cada vez mais aproximando-se dos conceitos de cultura, de povo, de Nação.

No século XX, Samuel Huntington⁵ definiu civilização como uma área cultural e seu sistema de valores, em que todos os seus integrantes compartilhariam de um conjunto de características comuns. Nesse conceito, uma civilização não é um Estado, ela ultrapassa as fronteiras dos Estados, unindo uma região mais ampla que se identifica por uma série de características culturais compartilhadas. Para o autor, civilização é o mais amplo nível de

⁵ HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

identidade cultural possível. As civilizações hindu, ocidental e chinesa, por exemplo, se caracterizariam por certo número de traços culturais partilhados internamente e por se distinguirem uns dos outros no plano externo.

Para Bagby⁶, que influenciou muitos pensadores acerca da civilização no século XX, afirmava que a definição conceitual deveria partir da própria etimologia da palavra, que vem do latim *civitas* (cidade), apesar de civilização ser um termo construído na França do século XVIII. O autor definiu civilização como um tipo de cultura encontrada em cidades (cultura urbana), considerando cidade qualquer aglomeração humana onde a maioria dos habitantes não estivesse diretamente ocupada em produzir alimentos, mas se ocupava de outras atividades que garantam estabilidade material. Para ele, a civilização estaria associada às cidades porque essas camadas sociais que não estivessem ocupadas em produzir alimentos – burocratas, artesãos, soldados – em geral são urbanas. No entanto, tal característica não pode ser considerada condição indispensável.

Essa abordagem, que considera civilização aquelas culturas que possuem camadas sociais e categorias profissionais desligadas da produção direta de alimentos, na verdade determina que uma das características da civilização é a produção de excedente alimentar. Isso porque só a produção de excedente permitiria que uma sociedade pudesse retirar alguns de seus membros do trabalho na agricultura e permitir que se dedicassem exclusivamente à arte, à burocracia, à guerra, ou que se tornassem reis, sacerdotes e nobres. É importante frisar, que essa produção excedente, também caracterizadora do surgimento do Estado, foi o início da desigualdade social, da apropriação do excedente pelo Estado, da estratificação social e da hierarquia de classes ou camadas sociais.

A partir dessas considerações, entendemos que a maioria dos autores, apesar das divergências, considera que um dos principais elementos definidores de uma civilização é o Estado. Entretanto, autores como Huntington, defendem que a civilização está além do Estado, compreendendo muitas vezes vários Estados, e se caracterizam mais como um princípio de identidade cultural.

No entanto, qualquer que seja o conceito de civilização, em geral ele é consideravelmente etnocêntrico, acreditando que culturas com Estados, alta densidade

⁶ BAGBY, Philip. *Culture and History*. California: University of California Press, 1959.

populacional e centros urbanos são superiores às outras sem essas características. Essa perspectiva normalmente acredita que a civilização é o último e melhor estágio cultural atingido por um povo ao longo de sua evolução.

Quanto ao conceito de cultura ele é um dos principais na área das ciências humanas, a ponto de a Antropologia se constituir como ciência quase somente em torno desse conceito. Na verdade, os antropólogos, desde o século XIX, procuram definir os limites de sua pesquisa pro meio da definição de cultura. O resultado é que os conceitos de cultura são múltiplos e, às vezes, contraditórios.

Os três principais autores clássicos do pensamento evolucionista na antropologia e que estabeleceram modelos de interpretação das sociedades humanas são: Lewis Henry Morgan (1818-1881), Edward Burnett Tylor (1832-1917) e James Georges Frazer (1854-1941), publicações com datas que correspondem aproximadamente aos limites do período de hegemonia do evolucionismo no pensamento antropológico (CASTRO, 2005, 7). Esses autores representam a tradição contra a qual lutaram autores como Franz Boas, em sua defesa do relativismo cultural. O mérito das suas obras, além de sua importância histórica, é que eles sintetizam ideias importantes de teoria e método característicos do evolucionismo cultural.

O significado mais simples do termo afirma que cultura abarca todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano material ou no plano imaterial, desde artefatos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. É também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica.

Essa definição foi criada por Edward Tylor no século XIX, no livro *Primitive Culture*. Apesar de sua atualidade, gerações e gerações de antropólogos procuraram aprofundar esse conceito de cultura para melhor compreender o comportamento social. Entre os novos pensadores, um dos mais influentes foi Franz Boas, que no começo do século XX iniciou uma crítica sistemática às teorias até então vigentes que defendiam a existência de uma hierarquia entre culturas. Tais teorias, conhecidas como evolucionistas pela influência da obra de Charles Darwin, defendiam que todas as culturas passavam pelas mesmas etapas, ou estágios, durante sua existência, evoluindo, progredindo das mais primitivas para as mais avançadas ao

longo do tempo, sendo que o estágio mais avançado da humanidade era o atingido pelo Ocidente, visão que dava ao etnocentrismo condição de ciências.

O evolucionismo de Darwin contribuiu para consolidar a noção da existência de uma unidade do gênero humano, explicando-se as diferenças maiores constatáveis ao serem comparadas as culturas mediante a evocação de etapas sucessivas e progressivas: selvajaria, barbárie, e civilização. O marxismo, outro derivado do Iluminismo, iria na mesma direção, principalmente, sob a influência de Lewis Henry Morgan com sua ideia de um processo pelo qual a humanidade se destaca progressivamente do natural para passar ao histórico, bem como com a pluralidade dos modos de produção, cuja sucessão indica níveis crescentes de complexidade e possibilidades.

Franz Boas foi um dos pioneiros em criticar essa visão, afirmando que toda cultura tem uma história própria, que se desenvolve de forma particular e não pode ser julgada a partir da história de outras culturas. Boas usou, já no início do século XX, a História para explicar a diversidade cultural, a grande diferença de culturas na humanidade, realizando pela primeira vez uma aproximação entre História e Antropologia bastante utilizada nos dias de hoje, chegando a influenciar obras como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre.

Atualmente, na Antropologia não há um consenso sobre o que é cultura, mas existem muitos conceitos diferentes. Apesar disso, há concordância com relação a alguns pontos dessas diversas definições. Um desses pontos afirma que diferenças genéticas não determinam comportamentos culturais, ou seja, toda divisão de trabalho com base no sexo ou na raça, é cultural e não predeterminada pela natureza. A mesma ideia serve na afirmação de que o meio geográfico também não determina comportamentos culturais. Assim, quaisquer tipos de discriminações sociais feitas com base em sexo ou raça, como os discursos proferidos em diversas sociedades que afirmam que determinados trabalhos não podem ser feitos por mulheres, ou que algumas atividades consideradas inferiores são exclusivamente trabalho de negro, não possuem base biológica. No entanto, são discursos forjados para legitimar a posição dominante de determinados grupos sociais.

Fora da Antropologia temos os estudos do brasileiro Alfredo Bosi, no livro *Dialética da colonização*, que define cultura a partir da lingüística e da etimologia da palavra. Cultura, assim como culto e colonização, viria do verbo latino *colo*, que significa *eu ocupo a terra*.

Cultura seria o futuro do verbo, significando o que se vai trabalhar, o que se quer cultivar, e não apenas em termos de agricultura, mas também de transmissão de valores e conhecimento para as futuras gerações.

Assim Bosi afirma que cultura é o conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores que devem ser transmitidos às novas gerações para garantir a convivência social. Entretanto, para haver cultura é preciso antes que exista também consciência coletiva que, a partir da vida cotidiana, elabore os planos para o futuro da comunidade. Essa definição dá à cultura um significado próximo do ato de educar. Nessa perspectiva, cultura seria aquilo que um povo ensina aos seus descendentes para garantir sua sobrevivência.

Em todo universo cultural, há regras que possibilitam aos indivíduos viver em sociedade; nessa perspectiva, cultura envolve todo o cotidiano dos indivíduos. Assim, os seres humanos só vivem em sociedade devido cultura. Além disso, toda sociedade humana possui cultura. Função da cultura é, entre outras coisas, permitir a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive. E é por meio da herança cultural que os indivíduos podem se comunicar uns com os outros, não apenas por meio da linguagem, mas também por formas de comportamento. Isso significa que as pessoas compreendem quais os sentimentos e as intenções das outras porque conhecem as regras culturais de comportamento em sua sociedade. Por exemplo, gestos como cumprimentar, respeito, modos de vestir ou comer, indicam, para outras pessoas do grupo tanto a posição social de um indivíduo quanto seus sentimentos, mas apenas porque quem interpreta seus gestos e sua fala possui os mesmos códigos culturais. É por isso que, ao depararmos com uma pessoa de cultura diferente, podem acontecer confusões e mal-entendidos, como um cumprimento ser considerado rude ou uma roupa ser considerada imprópria. O desentendimento provém do choque cultural, do contato entre duas culturas diferentes. Isso pode acontecer entre indivíduos ou entre sociedades inteiras, nesse caso provocando transformações em ambas as sociedades. É o caso do confronto entre as culturas indígenas e europeias depois da conquista da América, ou entre a cultura islâmica e a ocidental nos dias atuais.

O Estado brasileiro, no final do século XIX, tinha como proposta política construir uma nação soberana e civilizada. A busca da cidadania não se concretizara, dificultando a formação de uma nação no sentido republicano, ou seja, uma nação onde seus cidadãos

fossem livres e iguais, que tivessem um sentimento coletivo de identidade e com certo nível de participação. Logo, entendemos que uma das fases da construção da nacionalidade passou pela intervenção do Estado no processo civilizador, de forma a garantir a soberania sobre o território. Havia a necessidade de se ter um povo brasileiro, o qual seria a base para a formação da nação, mas no final do século XIX eram suficientes para manter o Estado e os homens livres, que tinham alguma posse, com algumas características culturais e biológicas de homem civilizado, se possível alfabetizado e de pele clara.

A forte miscigenação da população brasileira era considerada pela elite um obstáculo ao processo civilizador, ou mesmo uma vergonha frente às nações europeias, pois de acordo com as teorias evolucionistas do século XIX, a ideia de civilização está vinculada a raça branca ou pelo menos na sua hegemonia sobre outras raças. A questão racial no Brasil criou diversos problemas com relação à nação que se queria. Um questionamento está relacionado à condição de negros e índios tornarem-se cidadãos ou, então, como lidar com uma população de não brasileiros que habita as terras brasileiras. A solução de parte do problema da nação foi resolvida, pela emancipação dos negros e da civilização dos grupos indígenas, estabelecendo assim, certa homogeneidade social e cultural que ampliou as bases demográficas do Brasil.

No Brasil republicano, houve a necessidade de dar continuidade à política estratégica do Império de controle das populações indígenas localizadas nas fronteiras, com o intuito de garantir a soberania territorial conquistada a partir da segunda metade do século XVIII. Era preciso lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, linguísticos e etnográficos de forma a ter acesso a uma cultura diferente, no nosso caso, a dos indígenas brasileiros, cuja inferioridade em relação à civilização branca poderia pretensamente ser comprovada através de argumentação científica.

O reconhecimento das fronteiras brasileiras no Norte e Centro-Oeste se tornou uma necessidade primordial para a consolidação da soberania sobre o território. O processo civilizador dos grupos indígenas serviu para a integração do litoral ao sertão, sendo esta etapa o passo mais importante para a conquista da região.

Ao analisarmos um Relatório do Ministério da Guerra, de 1929, sobre o estudo de um Anteprojeto para a defesa da Bacia Amazônica⁷, observamos o questionamento de aspectos relacionados à unidade nacional, através do progresso e desenvolvimento do sertão, em parte vindo a corroborar com a nossa hipótese intervencionista da Comissão de Inspeção de Fronteira.

Segundo o relator, uma grande parcela de culpa, pela falta de desenvolvimento da região, está relacionada à ineficiência de políticas públicas que, por incompetência, ou por falta de patriotismo - virtude que o relator considera primordial aos oficiais do Exército brasileiro - fazem péssimo uso das riquezas naturais. Para o relator, o ciclo econômico da borracha foi outro fator incidente sobre o pouco desenvolvimento destas regiões do Amazonas, visto que, muitos governos ainda se mantinham iludidos com o alto valor do produto nos tempos áureos em que as cidades mantiveram um desenvolvimento ilusório e que foi perdido com o descaso das autoridades e do povo em si, pois o lucro fácil de outros tempos foi reduzido a uma mínima lucratividade pela desvalorização do produto, com a concomitante baixa das rendas públicas e com resultado nefasto, o cessar de obras públicas necessárias à manutenção do funcionamento de serviços de melhoramento essencial à vida da população.

O que podemos observar na análise das fotografias é que realmente tais melhoramentos só existiam em algumas cidades mais urbanizadas, pois, em outras cidades mais afastadas, principalmente naquelas próximas às fronteiras, os serviços praticamente não existiam. Cidades que mais pareciam lugarejos com poucas casas arruinadas, pouco populosas e com uma produtividade quase nula, como era o caso de Gurupá.

Com relação aos povos da região, os integrantes da expedição de 1929 formulam um conceito próprio no relatório sobre a falta de civilização:

...o enfraquecimento physico e intellectual do povo, mormente dos caboclos que ainda permanecem nas trevas da ignorância, pela carência de escolas, sem ambição porque nunca sentiram vida melhor do que aquella miseravel em que elles passam, cubertos de andrajás e famintos, ao cio, nas suas esburacadas habitações lacustres, longe geralmente de qualquer centro civilisado.

⁷ Arquivo Histórico do Exército. Acervo do Ministério da Guerra, Relatório sobre o Antiprojeto para a defesa da Bacia Amazônica, de 1929.

O trecho por si só já desvendaria todo nosso interesse teórico de processo civilizador, ou seja, uma visão antagônica de litoral civilizado e sertão atrasado, espaço que precisa ser resgatado pela ação civilizadora dos homens conhecedores dos saberes racionais. No texto, ainda podemos destacar a referência alusiva ao caboclo, ao questionamento racial, a forma que enfraquece o tipo brasileiro e a busca da nacionalidade, não esquecendo a falta de virtudes como patriotismo e civismo. Nesse ambiente impróprio para os grupos civilizados, habita o perigo para o Estado nacional, pois esse povo seria uma presa fácil de qualquer estrangeiro mal intencionado que apresentasse promessas de melhoramentos para a população local.

Outra crítica aparece no relatório, ao apontar para a falta de recursos e de desenvolvimento material e pessoal, que passa pelo descaso do governo central e pela exploração capitalista dos empresários que exploram o trabalho do povo.

Para o relator, a solução dessa crise política passaria pela ação intervencionista do Estado, não só pelas ações administrativas, como também pelas ações educacionais e pela ação sanitária, que cuidaria das moléstias endêmicas do sertão, originadas na falta de conforto e higiene da população local.

Finalizando a discussão sobre o relatório, verifiquei que o relator problematiza questões relacionadas ao melhoramento racial do povo brasileiro, feito através da imigração europeia para a Região Amazônica. Sua conclusão bastante conservadora e determinista trata o assunto de maneira que o caboclo, se alimentado convenientemente, pode se tornar um homem sadio e útil para a sociedade. Esse resultado foi uma resposta ao condicionamento físico do europeu que dificilmente se adaptaria ao clima quente e úmido da região.

Bibliografia

AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 8, n. 15, 1995.

BAGBY, Philip. *Culture and History*. California: University of California Press, 1959.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Coleção Descobrimos o Brasil).

___ (org.). *Amazônia e defesa nacional*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHAVES, Omar Emir. *Fronteiras do Brasil* (Limites com a República da Colômbia). Rio de Janeiro: Bedeschi, 1943.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

___. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MAGALHÃES, Coronel Amílcar A. Botelho de. *Rondon, uma relíquia da pátria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.